

Banco Votorantim S.A.

**Demonstrações Contábeis Consolidadas –
Conglomerado Prudencial
em 31 de dezembro de 2017**

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	3
--	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ÍNDICE	2
1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	20
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	21
7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	29
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	29
9. CARTEIRA DE CÂMBIO	35
10. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	36
11. OUTROS VALORES E BENS	36
12. INVESTIMENTOS	37
13. IMOBILIZADO DE USO	37
14. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	38
15. INTANGÍVEL	38
16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	39
17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	40
18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	41
19. OUTRAS OBRIGAÇÕES	41
20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	43
21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	44
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
23. TRIBUTOS	46
24. PARTES RELACIONADAS	48
25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	50
26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	51
27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	54
28. OUTRAS INFORMAÇÕES	58
29. EVENTOS SUBSEQUENTES	59

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao(s)
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas notas explicativas nº 2 e 3.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e 3 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Votorantim S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Votorantim S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 09 de fevereiro de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim, Banco, Conglomerado ou Consolidado) é uma companhia de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do CMN e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais. A consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução 4.280 é fundamentada em conceitos específicos de consolidação e/ou combinação determinados pelo CMN e BACEN, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Prudencial.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº. 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis de forma consolidada, abrangendo também os fundos de investimento nos quais as entidades do Conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3.701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações

acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis. O processo inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos e dos fundos de investimentos em direitos creditórios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/2013 para fins do Conglomerado Prudencial. Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3. A variação cambial das operações no País foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior, bem como os ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros designados à hedge estão apresentados no grupo de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos", com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais e outras oscilações objeto de hedge desses investimentos e desses instrumentos financeiros.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2018.

Participações societárias incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	% de Participação	
		31.12.2017	31.12.2016
Segmento Bancário – País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	Financeira	100,00%	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. ⁽¹⁾	Arrendamento	100,00%	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ⁽¹⁾	Corretora	99,99%	99,99%
Segmento Gestão de Recursos			
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. ⁽¹⁾	Administração de ativos	99,99%	99,99%
Segmento Bancário – Exterior			
Votorantim Bank Limited ⁽¹⁾⁽²⁾	Bancária	-	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc. ⁽¹⁾⁽³⁾	Corretora	-	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited ⁽¹⁾⁽⁴⁾	Corretora	-	100,00%
Outros Segmentos			
BVIA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ⁽⁵⁾	Fundo de investimento	100,00%	100,00%
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento ⁽⁵⁾	Fundo de investimento	100,00%	-

⁽¹⁾ Controladas financeiras.

⁽²⁾ A Votorantim Bank Limited teve suas atividades encerradas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foi extinta em 04 de janeiro de 2017.

⁽³⁾ O Banco Votorantim Securities Inc. foi extinto em 28 de dezembro de 2017.

⁽⁴⁾ A Votorantim Securities (UK) Limited teve suas atividades encerradas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e encontra-se em processo de dissolução.

⁽⁵⁾ Consolidadas conforme Artigo 4º da Resolução CMN nº 4.280/2013.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação dos ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros designados à hedge de Despesas da Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado e Operações de Crédito para Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de instrumentos financeiros derivativos.
- Reclassificação do resultado de operações de câmbio de Despesas da Intermediação Financeira para Receitas da Intermediação Financeira.

Demonstração do Resultado

Consolidado	Exercício/2016		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.182.618	(157.833)	15.024.785
Operações de crédito (Nota 8b)	6.661.252	8.044	6.669.296
Resultado de instrumentos financeiros derivativos (nota 6d9)	372.356	98.521	470.877
Resultado de operações de câmbio (nota 9b)	-	(264.398)	(264.398)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(12.522.385)	157.833	(12.364.552)
Operações de captação no mercado (nota 15d)	(7.798.507)	(106.565)	(7.905.072)
Resultado de operações de câmbio (nota 9b)	(264.398)	264.398	-

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata die, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

h) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. Para as operações de atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme a avaliação interna.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Os contratos de arrendamento mercantil são apresentados de acordo com a natureza individual dos itens que compõem essas operações (Nota Explicativa 8b e 8c):

- Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.
- Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniência / Insuficiência de depreciações" do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8e).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações – Diversas – Credores Diversos – No País.

A partir de 02 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são recorrentes de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

i) Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao

custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de “Direito de usufruto de ações” foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, a favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes passaram a ser registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação. A partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela registrada no ativo foi reduzida para um terço da remuneração das operações originadas em 2016.

As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

j) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

O BVIA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (BVIA FIP), cujas cotas são detidas pelo Banco Votorantim S.A., possui participação no capital social da BV Empreendimentos e Participações S.A (BVEP) sem cotação em mercado ativo e para efeito de consolidação Prudencial, essa participação na BVEP é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, de forma que são eliminados os efeitos dos ajustes a valor de mercado contabilizados no BVIA FIP referentes a essa participação.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota Explicativa nº 13).

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente. Em decorrência da aplicação da Resolução Nº 4.534 emitida em 24 de Novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, as perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* (Nota Explicativa nº 15). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas – Amortização (Nota Explicativa nº 20d).

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

O Conglomerado avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos

A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível

Softwares - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

l) Benefícios a empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazos são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o Princípio da competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

O Conglomerado possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de 1 a, no máximo, 4 anos) e com as características de cada benefício são registrados em “Outras obrigações diversas – Provisão para pagamentos a efetuar” em contrapartida à rubrica de “Despesas de pessoal – Proventos”. Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

m) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e

consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

As captações que são objeto de hedge de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

n) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31 de dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 26).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

p) Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como: aval, fiança, coobrigação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidos em contas de compensação observados os desdobramentos previstos para o controle.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes, leva-se em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de “rating” de forma qualitativa e quantitativa;
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Os efeitos dos ajustes pela aplicação inicial da Resolução CMN nº 4.512/2016, realizada 01 de janeiro de 2017, que resultou em constituição de provisão passiva, foram registrados em contrapartida à conta de lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

As provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas são apresentadas em Outras Obrigações – Diversas (Nota Explicativa nº 19d) no subitem:

- Provisão para perdas – Fianças não honradas, até 2016;
- Provisão para garantias financeiras prestadas, a partir de 2017, com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016.

q) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades	296.381	183.582
Disponibilidades em moeda nacional	2.448	83.027
Disponibilidades em moeda estrangeira	293.933	100.555
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.358.396	1.912.133
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	1.458.881	711.425
Aplicações em depósitos interfinanceiros	571.156	897.954
Aplicações em moedas estrangeiras	328.359	302.754
Total	2.654.777	2.095.715

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações no Mercado Aberto	12.797.772	14.702.886
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	2.288.200	2.716.713
Letras Financeiras do Tesouro	-	114.119
Letras do Tesouro Nacional	353.007	680.436
Notas do Tesouro Nacional	1.935.193	1.922.158
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	5.908.507	9.796.964
Letras Financeiras do Tesouro	1.506.540	6.497.077
Letras do Tesouro Nacional	2.053.779	2.485.704
Notas do Tesouro Nacional	2.348.188	814.183
Revendas a Liquidar - Posição Vendida	4.601.065	2.189.209
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	4.601.065	2.189.209
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.739.533	2.413.395
Total	14.537.305	17.116.281
Ativo circulante	14.535.794	17.066.698
Ativo não circulante	1.511	49.583

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	686.936	1.629.514	2.280.236
Posição bancada	151.711	351.050	443.086
Posição financiada	367.214	938.046	1.694.668
Posição vendida	168.011	340.418	142.482
Rendas de Aplic. em Dep. Interfinanceiros	39.085	92.455	138.143
Total	726.021	1.721.969	2.418.379

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários – TVM

Na demonstração “Balço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2017								31.12.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	215	884.928	55.050	2.985	1.493.423	2.400.391	2.436.601	36.210	5.764.884	5.730.448	(34.436)
Títulos Públicos	-	884.928	55.050	2.985	1.471.391	2.378.285	2.414.354	36.069	5.731.404	5.697.284	(34.120)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	5.849	342	2.544	8.734	8.735	1	199.114	199.042	(72)
Letras do Tesouro Nacional	-	203.307	49.201	-	531.444	781.624	783.952	2.328	3.272.031	3.279.737	7.706
Notas do Tesouro Nacional	-	681.544	-	2.643	937.403	1.587.851	1.621.590	33.739	2.256.334	2.214.605	(41.729)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	77	-	-	-	76	77	1	3.925	3.900	(25)
Títulos Privados	215	-	-	-	22.032	22.106	22.247	141	33.480	33.164	(316)
Ações	215	-	-	-	-	43	215	172	52	138	86
Eurobonds	-	-	-	-	755	806	755	(51)	10.927	10.870	(57)
Debêntures	-	-	-	-	21.277	21.257	21.277	20	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	22.501	22.156	(345)
2 – Títulos Disponíveis para Venda	412.607	543.587	283.494	195.510	9.963.410	11.502.356	11.398.608	(103.748)	14.922.869	14.597.268	(325.601)
Títulos Públicos	-	-	149.937	31.861	6.914.296	6.974.143	7.096.094	121.951	8.063.668	8.143.462	79.794
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	149.937	31.861	2.796.184	2.975.290	2.977.982	2.692	1.879.673	1.878.956	(717)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	282.656	263.857	282.656	18.799	1.424.026	1.438.328	14.302
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	2.445.075	2.384.782	2.445.075	60.293	3.429.586	3.463.813	34.227
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	707	716	9
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	1.390.381	1.350.214	1.390.381	40.167	1.329.676	1.361.649	31.973
Títulos Privados	412.607	543.587	133.557	163.649	3.049.114	4.528.213	4.302.514	(225.699)	6.859.201	6.453.806	(405.395)
Debêntures ⁽¹⁾	-	517.245	-	96.396	2.014.437	2.821.343	2.628.078	(193.265)	4.411.909	4.145.335	(266.574)
Notas Promissórias	-	-	3.359	3.359	13.431	20.154	20.149	(5)	233.423	232.847	(576)
Ações ⁽²⁾	410.481	-	-	-	-	457.504	410.481	(47.023)	691.530	591.738	(99.792)
Cotas de Fundos de Investimentos	2.126	-	-	-	133.335	135.461	135.461	-	125.728	125.728	-
Cédulas de produto rural - <i>commodities</i> ⁽³⁾	-	26.342	112.247	26.076	110.399	292.754	275.064	(17.690)	240.015	230.056	(9.959)
Eurobonds ⁽⁴⁾	-	-	-	-	341.079	337.107	341.079	3.972	520.759	488.803	(31.956)
Credit Linked Notes	-	-	-	-	-	-	-	-	97.987	97.628	(359)
Letras Financeiras	-	-	-	-	109.221	109.238	109.221	(17)	200.888	200.797	(91)
Outros	-	-	17.951	37.818	327.212	354.652	382.981	28.329	336.962	340.874	3.912
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	-	4.285.466	-	344.912	2.026.792	6.513.061	6.657.170	144.109	6.928.846	7.061.608	132.762
Títulos Públicos	-	4.285.466	-	344.912	2.026.792	6.513.061	6.657.170	144.109	6.928.846	7.061.608	132.762
Letras do Tesouro Nacional	-	3.499.069	-	-	1.169.536	4.569.922	4.668.605	98.683	4.025.086	4.143.466	118.380
Notas do Tesouro Nacional	-	786.397	-	344.912	857.256	1.943.139	1.988.565	45.426	2.903.760	2.918.142	14.382
Total (1 + 2 + 3)	412.822	5.713.981	338.544	543.407	13.483.625	20.415.808	20.492.379	76.571	27.616.599	27.389.324	(227.275)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O valor de mercado contempla o ajuste prudencial de *spread* de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" estão contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações estão apresentadas ao valor de mercado.

- (1) O valor de custo das Debêntures inclui provisão para perdas no montante de R\$ 929.311 (R\$ 894.514 em 31 de dezembro de 2016) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (2) O valor de custo das Ações inclui provisão para perdas no montante de R\$ 74.745 (R\$ 74.745 em 31 de dezembro de 2016) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das ações representa a cotação divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
- (3) O valor de custo das Cotas de Fundos de Investimento considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 12.397 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (4) O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 38.047 (R\$ 8.286 em 31 de dezembro de 2016) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (5) O valor de custo de *Eurobonds* considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 14.807 (R\$ 14.807 em 31 de dezembro de 2016) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2017								31.12.2016		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	412.822	5.713.981	338.544	543.407	13.483.625	20.415.808	20.492.379	76.571	27.616.599	27.389.324	(227.275)
Carteira própria	442.100	5.709.351	134.952	155.836	6.952.774	13.402.212	13.395.013	(7.199)	17.785.464	17.425.848	(359.616)
Vinculados a compromisso de recompra	-	4.630	185.619	421.730	7.026.080	7.571.923	7.638.059	66.136	8.689.031	8.841.339	152.308
Vinculados à prestação de garantias	45.467	-	17.973	3.888	446.479	496.173	513.807	17.634	2.134.456	2.114.489	(19.967)
Provisão para desvalorização de títulos	(74.745)	-	-	(38.047)	(941.708)	(1.054.500)	(1.054.500)	-	(992.352)	(992.352)	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2017						31.12.2016		
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	412.822	6.595.932	7.592.732	5.581.256	309.637	20.415.808	20.492.379	27.616.599	27.389.324
Títulos para negociação	215	942.963	789.757	678.089	25.577	2.400.391	2.436.601	5.764.884	5.730.448
Títulos Disponíveis para Venda	412.607	1.022.591	5.075.644	4.696.033	191.733	11.502.356	11.398.608	14.922.869	14.597.268
Títulos Mantidos até o vencimento	-	4.630.378	1.727.331	207.134	92.327	6.513.061	6.657.170	6.928.846	7.061.608

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	8.496.460	11.851.810	20.348.270	9.841.496	17.415.066	27.256.562
Carteira própria	7.176.633	6.252.706	13.429.339	8.405.709	9.213.838	17.619.547
Vinculados a compromisso de recompra	1.313.104	6.192.441	7.505.545	472.730	8.059.424	8.532.154
Vinculados à prestação de garantias	119.515	348.371	467.886	1.089.548	1.007.665	2.097.213
Provisão para desvalorização de títulos	(112.792)	(941.708)	(1.054.500)	(126.491)	(865.861)	(992.352)

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	31.12.2017		31.12.2016	
1 – Título para Negociação	2.436.601	12%	5.730.448	21%
2 – Títulos Disponíveis para Venda	11.398.608	56%	14.597.268	54%
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	6.513.061	32%	6.928.846	25%
Valor contábil da carteira	20.348.270	100%	27.256.562	100%
Marcação a mercado da categoria três	144.109		132.762	
Valor de mercado da carteira	20.492.379		27.389.324	

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 6.513.061 (R\$ 6.928.846 em 31 de dezembro de 2016), representando 32% do total de títulos e valores mobiliários (25% em 31 de dezembro de 2016).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	726.021	1.721.969	2.418.379
Títulos de renda fixa	1.180.443	2.213.118	2.032.137
Títulos no exterior	74.460	108.573	(44.752)
Títulos de renda variável	(10.074)	51.781	117.786
Aplicações em fundos de investimento	(17.159)	(12.540)	149.620
Outros	809	1.060	383
Total ⁽¹⁾	1.954.500	4.083.961	4.673.553

⁽¹⁾ Inclui despesas de provisão para perdas no montante de R\$ 62.148 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 661.726 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

No exercício de 2016 ocorreu a reclassificação de Títulos públicos – Notas do Tesouro Nacional, passando da categoria “Disponíveis para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base do evento.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Notas do Tesouro Nacional	801.988	759.962	(42.026)
Total	801.988	759.962	(42.026)

Também no exercício de 2016 ocorreu a reclassificação de Títulos públicos – Letras Financeiras do Tesouro, passando da categoria “Títulos para negociação” para a categoria “Disponíveis para venda”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base do evento.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Letras Financeiras do Tesouro	28.636	28.626	(10)
Total	28.636	28.626	(10)

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

d) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na B3 não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	17.843.228	-	-	28.014.200	-	-
DI	7.752.324	-	-	15.192.049	-	-
Moedas	349.271	-	-	1.612.388	-	-
Índice	296.084	-	-	1.278.055	-	-
Cupom cambial	9.330.268	-	-	9.931.708	-	-
Outros	115.281	-	-	-	-	-
Compromissos de Venda	61.229.792	-	-	57.685.592	-	-
DI	43.268.708	-	-	32.039.719	-	-
Moedas	120.421	-	-	1.609.229	-	-
Índice	36.815	-	-	327.655	-	-
Libor	11.074.453	-	-	-	-	-
Cupom cambial	6.647.677	-	-	23.708.989	-	-
Outros	81.718	-	-	-	-	-
Operações a Termo						
Posição Ativa	177.111	177.111	177.101	314.132	314.132	314.092
Termo de moeda	-	-	-	73.863	73.863	73.863
Termo de títulos públicos	177.111	177.111	177.101	240.269	240.269	240.229
Posição Passiva	177.111	(177.111)	(177.078)	314.132	(314.132)	(309.209)
Termo de moeda	-	-	-	73.863	(73.863)	(69.017)
Termo de títulos públicos	177.111	(177.111)	(177.078)	240.269	(240.269)	(240.192)
Contratos de Opções⁽¹⁾						
De compra – Posição Comprada	2.547.030	113.040	49.890	9.628.705	217.717	78.080
Moeda estrangeira	2.058.350	99.971	37.398	8.018.900	168.921	49.732
Opções Flexíveis	462.680	9.516	6.958	594.485	12.042	1.810
Ações	26.000	3.553	5.534	1.015.320	36.754	26.538
De venda – Posição Comprada	2.630.627	273.475	257.541	9.988.348	704.612	849.067
Moeda estrangeira	2.452.325	165.236	127.044	5.754.700	222.717	341.334
Opções Flexíveis	8.783	166	52	2.915.426	177.133	223.022
Ações	169.519	108.073	130.445	1.318.222	304.762	284.711
De compra – Posição Vendida	2.817.177	(61.780)	(61.329)	14.804.009	(568.483)	(377.201)
Moeda estrangeira	2.333.850	(48.008)	(48.833)	9.299.763	(188.411)	(33.759)
Opções Flexíveis	454.327	(11.477)	(9.951)	3.891.606	(342.743)	(307.245)
Ações	29.000	(2.295)	(2.545)	1.612.640	(37.329)	(36.197)
De venda – Posição Vendida	2.479.198	(149.748)	(161.516)	8.597.969	(707.500)	(921.989)
Moeda estrangeira	2.178.488	(140.391)	(143.637)	6.039.325	(643.709)	(842.701)
Opções Flexíveis	269.210	(7.318)	(17.122)	575.924	(15.735)	(40.956)
Ações	31.500	(2.039)	(757)	1.982.720	(48.056)	(38.332)
Contratos de Swaps⁽¹⁾⁽²⁾						
Posição Ativa	10.398.507	1.055.609	1.300.989	12.412.169	1.348.737	1.348.023
DI	3.571.848	577.465	491.268	7.186.349	720.751	702.734
Moeda estrangeira	2.457.181	272.373	249.891	1.382.488	289.315	223.079
Pré-fixado	2.124.943	31.679	246.099	806.176	20.431	122.690
IPCA	2.109.170	169.139	301.457	2.477.513	242.339	212.235
IGPM	35.000	4.513	5.516	285.000	75.751	74.534
Libor	22.527	84	288	180.580	3	326
Outros	77.838	356	6.470	94.063	147	12.425
Posição Passiva	7.665.749	(779.630)	(1.087.372)	7.356.954	(822.107)	(921.632)
DI	1.928.308	(123.648)	(50.186)	2.086.776	(109.035)	(71.688)
Moeda estrangeira	2.156.826	(164.090)	(146.999)	1.418.788	(168.358)	(163.518)
Pré-fixado	732.263	(33.620)	(257.260)	915.623	(16.017)	(160.162)
IPCA	2.303.017	(426.736)	(598.421)	2.699.789	(483.577)	(480.293)
IGPM	40.000	(14.189)	(15.768)	95.000	(44.239)	(44.147)
Libor	495.335	(16.663)	(18.239)	130.978	(764)	(1.098)
Outros	10.000	(684)	(499)	10.000	(117)	(726)
Outros Instrumentos Financeiros						
Derivativos						
Posição Ativa	2.782.917	113.041	101.728	4.100.865	92.321	95.915
Non Deliverable Forward ⁽¹⁾	2.764.723	113.525	101.608	4.051.978	89.744	93.254
Derivativos de crédito ⁽³⁾	18.194	(484)	120	48.887	2.577	2.661
Posição Passiva	3.573.906	(35.733)	(36.369)	2.486.708	(182.960)	(177.678)
Non Deliverable Forward ⁽¹⁾	3.573.906	(35.733)	(36.369)	1.882.145	(164.396)	(165.826)
Derivativos de crédito ⁽³⁾	-	-	-	604.563	(18.564)	(11.852)

(1) O valor de mercado das operações de swap, opções e non deliverable forward contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

(2) Contempla os swaps contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.129/2002 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2017, o Conglomerado não possui swaps de acordo com a Circular referida (Em 31 de dezembro de 2016, o ajuste a valor de mercado da posição ativa foi negativo de R\$ 108).

(3) A apresentação dos derivativos de crédito por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor de mercado de cada contrato.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2017	31.12.2016
Contratos futuros	18.398.509	18.009.372	9.543.688	33.121.451	79.073.020	85.699.792
Contratos a termo	177.111	-	-	-	177.111	314.132
Contratos de opções	741.715	1.158.850	8.182.236	391.231	10.474.032	43.019.031
Contratos de swaps	344.733	3.381.578	2.238.534	12.099.411	18.064.256	19.769.123
Derivativos de crédito	-	-	16.540	1.654	18.194	653.450
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	3.759.414	2.097.129	303.706	178.380	6.338.629	5.934.123

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2017)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativo de crédito	<i>Non Deliverable Forward</i>
Bolsa de valores	79.073.020	-	9.451.187	-	-	-
Balcão	-	177.111	1.022.845	18.064.256	18.194	6.338.629
Instituições financeiras	-	177.111	-	11.332.272	18.194	2.629.005
Cliente	-	-	1.022.845	6.731.984	-	3.709.624

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Swap de Crédito						
Risco recebido	18.194	(484)	120	278.653	(18.539)	(11.502)
Risco transferido	-	-	-	374.797	2.552	2.311
Por indexador						
Posição Ativa – Pré-fixado	18.194	(484)	120	48.887	2.577	2.661
Posição Passiva – Pré-fixado	-	-	-	604.563	(18.564)	(11.852)

Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia do Banco no montante de R\$ 1.862 (R\$ 3.310 em 31 de dezembro de 2016).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2017	31.12.2016
Letras Financeiras do Tesouro	21.452	238.987
Notas do Tesouro Nacional	312.017	1.214.236
Letras do Tesouro Nacional	55.478	608.881
Cotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara B3	45.467	-
Outros	22.342	35.036
Total	456.756	2.097.140

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge*

As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. Para as operações de crédito, a classificação e percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada na métrica de cálculo de efetividade.

Hedge de risco de mercado

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado.

	31.12.2017	31.12.2016
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	3.170.303	3.425.116
Futuro	3.040.459	3.126.786
Swap	-	35.902
Opções	129.844	262.428
Passivo	30.482.345	28.227.058
Futuro	30.482.345	28.227.058
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	24.484.219	22.938.973
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.675.740	5.781.536
Títulos e Valores Mobiliários	70.329	1.035.899
Operações de Crédito	17.738.150	16.121.538
Passivo	2.869.143	3.271.177
Dívida Subordinada	2.869.143	3.271.177

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de desembolsos futuros sobre títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD), o Conglomerado negociou contratos de Swap em mercado de balcão, registrados na B3.

	31.12.2017	31.12.2016
Hedge de Fluxo de Caixa		
Instrumentos de Hedge		
Passivo	4.265.317	265.531
Swap ⁽¹⁾	9.389	-
Futuro	4.255.928	265.531
Itens Objeto de Hedge		
Passivo	5.264.962	250.639
Obrigações por Letras Financeiras	4.012.491	23.514
Dívida Subordinada	1.252.471	227.125

⁽¹⁾ O valor referencial dos contratos de swap em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 970.620.

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

Hedge de risco de mercado

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Perdas dos Itens objeto de hedge	(336.245)	(659.717)	(1.243.926)
Ganhos dos instrumentos de hedge	336.043	656.584	1.281.496
Efeito Líquido	(202)	(3.133)	37.570
Ganhos dos Itens objeto de hedge	1.542.066	3.373.052	4.531.606
Perdas dos instrumentos de hedge	(1.530.391)	(3.369.298)	(4.557.345)
Efeito Líquido	11.675	3.754	(25.739)

Hedge de fluxo de caixa

Instrumentos de Hedge	Exercício/2017		Exercício/2016	
	Parcela efetiva acumulada	Parcela inefetiva acumulada	Parcela efetiva acumulada	Parcela inefetiva acumulada
Futuros DI	(48.842)	(23)	(26.571)	(15)
Swap	(3.485)	(4.659)	-	-
Total	(52.327)	(4.682)	(26.571)	(15)

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Ajustes de Avaliação Patrimonial e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de instrumentos financeiros derivativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a marcação a mercado da parcela efetiva, no montante de R\$ (25.756) (R\$ (26.571) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), foi reconhecida no Patrimônio Líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ (4.667) (R\$ (15) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

As perdas líquidas dos efeitos fiscais relativas ao Hedge de Fluxo de Caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 13.088 (R\$ 3.529 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	177.101	-	177.101	314.092	-	314.092
Mercado de opções	306.982	449	307.431	685.855	241.292	927.147
Contratos de swaps	322.977	978.012	1.300.989	363.115	985.016	1.348.131
Derivativos de crédito	112	8	120	-	2.661	2.661
Outros instr. financ. derivativos	101.283	325	101.608	90.421	2.833	93.254
Total	908.455	978.794	1.887.249	1.453.483	1.231.802	2.685.285
Passivo						
Operações de termo	(177.078)	-	(177.078)	(309.209)	-	(309.209)
Mercado de opções	(210.118)	(12.727)	(222.845)	(1.135.862)	(163.328)	(1.299.190)
Contratos de swaps	(135.310)	(952.062)	(1.087.372)	(120.152)	(801.480)	(921.632)
Derivativos de crédito	-	-	-	(350)	(11.502)	(11.852)
Outros instr. financ. derivativos	(33.091)	(3.278)	(36.369)	(156.294)	(9.532)	(165.826)
Total	(555.597)	(968.067)	(1.523.664)	(1.721.867)	(985.842)	(2.707.709)

d.9) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Swap	156.732	240.860	1.214.870
Termo	158	(239)	5.405
Opções	(48.089)	(1.165)	26.346
Futuro	(425.948)	(708.852)	(1.305.310)
Derivativos de crédito	10.405	18.377	33.417
Ajuste ao valor de mercado de instr. financeiros objeto de hedge	13.529	210.199	909.194
Non Deliverable Forward	73.108	(10.895)	(133.072)
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	(780)	20.888	(279.973)
Total	(220.885)	(230.827)	470.877

d.10) Hedge contábil

Estratégias/Risco	Objeto de hedge			Instrumentos de hedge		
	31.12.2017		31.12.2016	Derivativo	31.12.2017	31.12.2016
	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado
Hedge de Op. compromissadas/ Valor justo / taxas pré-fixadas	6.675.740	2.601	5.781.536	Futuro DI	9.153.055	6.782.618
Hedge de Tit. e Valores Mobiliários – Renda Fixa / Valor justo / taxa pré-fixada	-	-	838.517	Swap	-	834.219
Hedge de Tit. e Valores Mobiliários – Renda Variável / Valor justo	70.329	(43.270)	197.382	Opções	129.844	262.428
Hedge de Operações de crédito / Valor justo / taxa pré-fixada / variação cambial	17.738.150	452.598	16.121.538	Futuro DI	16.003.597	13.653.456
				Futuro DDI	854.542	1.671.709
				Futuro Libor	4.471.151	509.582
Hedge de Dívida Subordinada / Valor justo / variação cambial/IGP-M	2.869.143	(113.769)	3.271.177	Futuro DDI	3.040.459	3.126.786
				Swap	-	390.317
Hedge de Obrigações por Letras Financeiras e Dívida Subordinada / Fluxo de caixa / taxa pré-fixada	5.264.962	(50.590)	250.639	Futuro DI	4.255.928	265.531
				Swap	1.263.056	-

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por modalidade

	31.12.2017	31.12.2016
Operações de crédito	44.450.146	44.098.612
Empréstimos e títulos descontados	7.514.680	7.858.881
Financiamentos	28.012.257	23.316.017
Financiamentos rurais e agroindustriais	461.067	450.197
Financiamentos imobiliários	147.252	307.446
Operações de crédito vinculadas às cessões (nota 8) ⁽¹⁾	8.314.890	12.166.071
Outros Créditos com características de concessão de crédito	3.983.817	3.394.120
Operações com cartões de crédito	1.163.889	956.900
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados ⁽²⁾	322.256	316.167
Avais e fianças honrados	-	174.084
Títulos e créditos a receber	2.497.672	1.946.969
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽³⁾	245.053	127.341
Total da Carteira de Crédito	48.679.016	47.620.073
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.674.236)	(3.671.220)
(Provisão para operações de crédito)	(2.917.543)	(3.352.187)
(Provisão para outros créditos)	(755.292)	(313.022)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(1.401)	(6.011)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	45.004.780	43.948.853

- ⁽¹⁾ Operações de Crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
⁽²⁾ Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de Outras obrigações acrescidas das rendas a receber de adiantamentos concedidos que se encontram na rubrica Outros Créditos - Carteira de câmbio (Nota 9a) e de outros créditos relacionados, registrados na rubrica Outros créditos diversos - Outros (Nota 10).
⁽³⁾ Operações de arrendamento mercantil apresentadas pelo método financeiro.

b) Operações de arrendamento a receber

	31.12.2017	31.12.2016
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	263.849	146.323
Arrendamentos financeiros a receber	263.849	146.323
Ativo circulante	156.629	84.552
Ativo não circulante	107.220	61.771
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(263.252)	(145.193)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(263.252)	(145.193)
Ativo circulante	(156.275)	(83.899)
Ativo não circulante	(106.977)	(61.294)

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Arrendamentos financeiros a receber	263.849	146.323
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(263.252)	(145.193)
Títulos e créditos a receber	-	12
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 14a)	245.568	133.676
Credores por antecipação do valor residual	(1.112)	(7.467)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	245.053	127.351

c) Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Operações de Crédito	3.747.816	7.562.803	6.669.296
Empréstimos e títulos descontados	853.906	1.822.120	2.094.264
Financiamentos	2.529.014	4.917.133	3.805.941
Financiamentos rurais e agroindustriais	20.623	38.829	34.162
Financiamentos imobiliários	6.999	25.348	56.603
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	330.853	747.844	663.956
Financiamentos em moedas estrangeiras	461	225	1.310
Avais e fianças honrados	134	503	713
Outras	5.826	10.801	12.347
Arrendamento Mercantil (Nota 8i)	24.551	28.859	32.652
Total ⁽²⁾	3.772.367	7.591.662	6.701.948

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as vendas de operações baixadas em prejuízo somaram R\$ 323.746 (R\$ 702.364 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), com impacto no resultado de R\$ 14.146 (R\$ 18.300 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), por meio de cessões de crédito, sem coobrigação à entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

⁽²⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil do Consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizariam R\$ 9.838.519 (R\$ 9.943.525 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

d) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Setor Público	466.398	0,97%	527.358	1,12%
Governo	466.398	0,97%	527.358	1,12%
Administração pública	466.398	0,97%	527.358	1,12%
Setor Privado	47.759.971	99,03%	46.739.827	98,88%
Pessoa Física ⁽¹⁾	35.081.687	72,74%	32.905.505	69,62%
Pessoa Jurídica	12.678.284	26,29%	13.834.322	29,26%
Agronegócio de origem animal	321.244	0,67%	378.178	0,80%
Agronegócio de origem vegetal	207.490	0,43%	262.484	0,56%
Atividades específicas da construção	49.591	0,10%	382.521	0,81%
Automotivo	6.372	0,01%	38.362	0,08%
Comércio atacadista e indústrias diversas	4.028.965	8,35%	4.340.008	9,17%
Comércio varejista	995.858	2,06%	1.073.845	2,27%
Construção pesada	25.300	0,05%	43.974	0,09%
Eletroeletrônico	31	0,00%	1.715	0,00%
Energia elétrica	379.244	0,79%	570.347	1,21%
Imobiliário	166.320	0,34%	249.927	0,53%
Instituições e serviços financeiros	742.929	1,54%	720.698	1,52%
Madeireiro e moveleiro	7.270	0,02%	17.349	0,04%
Mineração e metalurgia	191.533	0,40%	306.679	0,65%
Papel e celulose	317.751	0,66%	309.587	0,65%
Químico	511.841	1,06%	1.076.464	2,28%
Serviços	2.101.673	4,36%	1.766.451	3,74%
Telecomunicações	35.420	0,07%	81.112	0,17%
Têxtil e confecções	70.488	0,15%	71.646	0,15%
Transportes	935.482	1,94%	1.198.664	2,54%
Demais atividades	1.583.482	3,28%	944.311	2,00%
Total	48.226.369	100,00%	47.267.185	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽²⁾	452.647		352.888	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	48.679.016		47.620.073	

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de *hedgde* de risco de mercado.

e) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2017	31.12.2016
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	3.997.286	19.488.808	8.809.965	7.370.965	1.156.651	206.378	102.816	744.833	401.274	42.278.976	40.795.291
01 a 30	728.396	1.662.777	376.879	253.642	33.562	6.910	2.173	2.603	79.328	3.146.270	2.788.953
31 a 60	284.343	1.050.487	362.900	274.494	30.415	17.648	4.920	2.747	9.647	2.037.601	2.349.789
61 a 90	220.531	982.272	368.684	253.009	36.503	12.356	1.946	2.597	13.392	1.891.290	1.778.467
91 a 180	279.513	2.595.808	1.066.506	749.475	115.564	20.219	15.269	7.279	26.982	4.876.615	4.705.679
181 a 360	499.716	4.474.238	1.723.882	1.354.317	222.239	40.847	16.490	13.979	42.068	8.387.776	7.849.859
Acima de 360	1.984.787	8.723.226	4.911.114	4.486.028	718.368	108.398	62.018	715.628	229.857	21.939.424	21.322.544
Parcelas Vencidas	1.236	1.135.941	77.121	84.837	22.245	7.951	2.344	1.021	37.773	1.370.469	1.135.012
Até 14 dias	1.236	1.135.941	77.121	84.837	22.245	7.951	2.344	1.021	37.773	1.370.469	1.135.012
Subtotal	3.998.522	20.624.749	8.887.086	7.455.802	1.178.896	214.329	105.160	745.854	439.047	43.649.445	41.930.303
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	678.679	835.698	301.267	258.154	266.693	205.710	685.237	3.231.438	3.258.943
01 a 30	-	-	41.354	44.814	18.694	12.981	12.210	11.705	36.780	178.538	200.892
31 a 60	-	-	40.745	44.680	18.272	12.656	12.262	11.607	37.608	177.830	195.689
61 a 90	-	-	36.877	40.498	16.899	11.390	11.053	10.522	47.370	174.609	180.692
91 a 180	-	-	103.355	112.333	45.107	35.192	30.513	28.776	90.295	445.571	491.040
181 a 360	-	-	165.021	185.688	71.113	58.222	51.425	46.715	145.262	723.446	795.007
Acima de 360	-	-	291.327	407.685	131.182	127.713	149.230	96.385	327.922	1.531.444	1.395.623
Parcelas Vencidas ⁽¹⁾	-	-	102.199	160.937	129.522	110.963	101.297	101.900	638.668	1.345.486	2.077.939
De 01 a 14	-	-	1.495	19.653	10.258	5.592	6.135	4.909	16.525	64.567	76.051
15 a 30	-	-	100.704	67.930	39.141	29.491	18.371	12.344	43.993	311.974	392.896
31 a 60	-	-	-	73.354	22.525	13.234	14.469	12.619	48.766	184.967	209.304
61 a 90	-	-	-	-	57.598	18.214	11.557	12.061	39.896	139.326	149.582
91 a 180	-	-	-	-	-	44.432	50.765	59.967	113.576	268.740	342.041
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	373.888	373.888	866.878
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	2.024	2.024	41.187
Subtotal	-	-	780.878	996.635	430.789	369.117	367.990	307.610	1.323.905	4.576.924	5.336.882
Total	3.998.522	20.624.749	9.667.964	8.452.437	1.609.685	583.446	473.150	1.053.464	1.762.952	48.226.369	47.267.185
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽²⁾										452.647	352.888
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado										48.679.016	47.620.073

(1) Para as operações do varejo com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Para as operações do atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme avaliação interna.

(2) Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

f) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de risco	% Provisão	31.12.2017				31.12.2016		
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão existente
AA	-	3.998.522	-	-	-	3.983.502	-	-
A	0,50%	20.624.749	(103.125)	-	(103.125)	22.172.467	(110.862)	(110.862)
B	1,00%	9.667.964	(96.680)	-	(96.680)	7.434.062	(74.341)	(74.341)
C	3,00%	8.452.437	(253.572)	-	(253.572)	8.082.948	(242.490)	(242.490)
D	10,00%	1.609.685	(160.969)	(13.042)	(174.011)	1.734.299	(173.431)	(173.431)
E	30,00%	583.446	(175.034)	-	(175.034)	598.532	(179.559)	(179.559)
F	50,00%	473.150	(236.574)	-	(236.574)	476.651	(238.325)	(238.325)
G	70,00%	1.053.464	(737.425)	(134.863)	(872.288)	441.713	(309.201)	(309.201)
H	100,00%	1.762.952	(1.762.952)	-	(1.762.952)	2.343.011	(2.343.011)	(2.343.011)
Total		48.226.369	(3.526.331)	(147.905)	(3.674.236)	47.267.185	(3.671.220)	(3.671.220)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽¹⁾		452.647				352.888		
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de Mercado		48.679.016				47.620.073		

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Saldo inicial	3.230.955	3.671.220	4.152.135
Reforço / (reversão)	1.453.356	2.585.026	2.467.002
Provisão mínima requerida	1.305.451	2.437.121	2.690.747
Provisão adicional ⁽¹⁾	147.905	147.905	(223.745)
Baixas para prejuízo	(1.010.075)	(2.582.010)	(2.947.917)
Saldo final	3.674.236	3.674.236	3.671.220

⁽¹⁾ No quarto trimestre de 2016, a provisão adicional passou a compor a provisão mínima requerida, com o aprimoramento de critérios de avaliação de risco de crédito (de escoragem comportamental ou "behavior scoring"), bem como de agravamento de nível de risco. No quarto trimestre de 2017, novas provisões adicionais foram constituídas, cujo agravamento de nível de risco não é aplicável.

h) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

	31.12.2017	31.12.2016
Até 1 ano ⁽¹⁾	145.472	73.589
De 1 a 5 anos	99.581	53.762
Total Valor Presente ⁽²⁾	245.053	127.351

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

⁽²⁾ Inclui os títulos e créditos a receber apresentados em "Outros créditos".

i) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Receitas de Arrendamento Mercantil	104.679	158.609	191.088
Arrendamento financeiro	87.378	132.700	127.647
Lucro na alienação de bens arrendados	12.438	13.868	42.478
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	4.863	12.041	20.963
Despesas de Arrendamento Mercantil	(80.128)	(129.750)	(158.436)
Arrendamento financeiro	(79.983)	(129.220)	(155.822)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(145)	(530)	(2.614)
Total	24.551	28.859	32.652

j) Concentração das operações de crédito

	31.12.2017	% da carteira	31.12.2016	% da carteira
Maior devedor	674.314	1,40%	1.011.003	2,14%
10 Maiores devedores	3.619.824	7,51%	3.954.235	8,36%
20 Maiores devedores	5.011.363	10,39%	5.569.892	11,78%
50 Maiores devedores	7.617.591	15,80%	8.550.298	18,09%
100 Maiores devedores	9.984.079	20,70%	10.953.214	23,17%

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Conglomerado não apurou despesa de liquidação antecipada reconhecida integralmente em contas de resultado (R\$ 2.470 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), e apurou receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 101 (R\$ 7.182 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

Desde o primeiro trimestre de 2017, o Conglomerado já não possui exposição a essas operações.

l) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

I.1) Cessões com coobrigação

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

	31.12.2017		31.12.2016	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Instituições financeiras - Partes relacionadas	8.314.890	9.445.296	12.166.071	13.755.869
Total	8.314.890	9.445.296	12.166.071	13.755.869

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outras obrigações – Diversas – Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 19d).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 2.246.857 (R\$ 3.241.577 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 1.387.074 (R\$ 2.208.256 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

I.2) Cessões sem coobrigação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve receita com venda ou transferência definitiva de ativos (R\$ 16.885 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e as despesas com operações de venda ou de transferência definitiva de ativos totalizaram R\$ 145.626 (não houve despesas com esse tipo de operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

m) Movimentação dos créditos renegociados

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Saldo inicial	6.053.267	6.765.372	7.961.559
Contratações	2.558.573	4.547.480	4.353.894
(Recebimento) e apropriação de juros	(2.793.956)	(4.972.006)	(4.848.717)
Baixa para prejuízo	(146.752)	(669.714)	(701.364)
Saldo final	5.671.132	5.671.132	6.765.372

n) Informações complementares

n.1) Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Operações de crédito (nota 8c)	330.853	747.844	663.956
Operações de arrendamento mercantil (nota 8i)	4.863	12.041	20.963
Operações de câmbio (nota 9b)	31.542	32.100	34.774
Total	367.258	791.985	719.693

n.2) Outras informações

	31.12.2017	31.12.2016
Créditos contratados a liberar	2.432.083	1.785.990
Garantias prestadas	4.861.733	7.823.978

8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos vinculados

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	14.074	340.569
Depósitos a vista	12.038	3.812
Recursos a Prazo	-	334.552
Operações de microfinanças	2.036	2.205
Total	14.074	340.569
Ativo circulante	14.074	340.569

b) Resultado das aplicações compulsórias

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	7.933	19.685	42.792
Exigibilidade sobre recursos a prazo	7.933	19.685	42.714
Exigibilidade adicional	-	-	78
Total	7.933	19.685	42.792

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	31.12.2017	31.12.2016
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	452.795	336.653
Direitos sobre vendas de câmbio	208.295	178.705
(Adiantamentos em moeda nacional/ estrangeira recebidos)	(2.847)	(7.057)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	6.856	7.943
Total	665.099	516.244
Ativo circulante	665.099	516.244
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(208.791)	(177.680)
Obrigações por compras de câmbio	(441.748)	(344.145)
(Adiantamentos sobre contrato de câmbio)	315.197	303.660
Total	(335.342)	(218.165)
Passivo circulante	(335.342)	(218.165)
Carteira de Câmbio líquida	329.757	298.079
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	80.235	43.044

b) Resultado de operações de câmbio

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Rendas de câmbio	431.440	1.073.526	1.910.927
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	31.542	32.100	34.774
Despesas de câmbio	(404.864)	(999.374)	(2.210.099)
Resultado de operações de câmbio	58.118	106.252	(264.398)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo fiscal diferido – Crédito Tributário (Nota 23e)	7.380.869	7.530.669
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 26g)	633.128	824.776
Devedores por depósitos em garantia - Outros	56	379
Operações com cartões de crédito (Nota 8a)	1.163.889	956.900
Títulos e Créditos a Receber - Op. em recuperação judicial homologada (Nota 8a)	760.124	84.775
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾ (Nota 8a)	1.737.548	1.862.194
Impostos e contribuições a compensar	180.166	230.477
Devedores por compra de valores e bens	50.646	1.212
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	11.542	13.688
Devedores diversos - no País	161.486	98.454
Adiantamento para futuro aumento de Capital	24.300	-
Outros	25.891	28.425
Total	12.129.645	11.631.949
Ativo circulante	5.270.354	5.300.923
Ativo não circulante	6.859.291	6.331.026

⁽¹⁾ Inclui operações contratadas com instituições não integrantes do sistema financeiro, decorrentes da aquisição de direitos creditórios de transações mercantis, sem coobrigação da instituição cedente.

11. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2017	31.12.2016
Bens não de Uso Próprio	161.095	282.174
Veículos e afins	92.443	103.527
Imóveis	17.364	37.189
Bens em regime especial	48.661	139.959
Máquinas e equipamentos	2.627	1.499
Material em Estoque	282	849
Subtotal	161.377	283.023
(Provisão para desvalorização)	(42.703)	(46.812)
Despesas Antecipadas	94.842	252.249
Despesas de seguros	5.585	3.604
Despesas de processamento de dados	10.650	7.657
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	72.287	230.722
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.685	2.469
Despesas de serviços técnicos especializados	2.328	2.853
Direito de usufruto de ações	-	1.249
Outras	1.307	3.695
Total	213.516	488.460
Ativo circulante	150.894	270.622
Ativo não circulante	62.622	217.838

⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados à produção de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidos incorridos na sua origem.

As comissões sobre operações de crédito originadas a partir de 02 de janeiro de 2015, nos termos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, tiveram remuneração dos correspondentes parcialmente reconhecidas no ativo, cujo saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 62.166 (R\$ 170.886 em 31 de dezembro de 2016).

12. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas participações em controladas

	Saldo contábil	Movimentações – Exercício/2017		Saldo contábil	Resultado equivalência
	31.12.2016	Dividendos/ Outros eventos	Resultado equivalência	31.12.2017	Exercício/2016
No País - Não consolidadas					
Votorantim Corretora de Seguros S.A..	234.483	-	261.158	495.641	168.721
BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A	133.518	-	6.804	140.322	13.576
Promotiva S.A	16.778	-	17.044	33.822	12.186
BV Empreendimentos e Participações S.A. ⁽¹⁾	925.602	(46.000)	(41.070)	838.531	(203.391)
Total das participações em controladas	1.310.381	(46.000)	243.936	1.508.316	(8.908)

⁽¹⁾ A partir de julho de 2016, o Conglomerado passou a registrar a BV Empreendimentos e Participações S.A. como investimento pelo método de equivalência patrimonial, anteriormente registrado como Títulos e Valores Mobiliários – Ações (Nota 6a).

b) Informações financeiras resumidas das participações societárias não consolidadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas

	31.12.2017		
	Votorantim Corretora de Seguros S.A	BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A	Promotiva S.A
Ativo Total	633.351	142.697	60.477
Passivo Total	633.351	142.697	60.477
Passivo	199.737	3.989	30.702
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	433.614	138.708	29.775
Resultado do período	261.158	6.804	17.044

⁽¹⁾ O Patrimônio Líquido contempla as destinações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	31.12.2016		
	Votorantim Corretora de Seguros S.A	BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A	Promotiva S.A
Ativo Total	320.580	135.897	44.392
Passivo Total	320.580	135.897	44.392
Passivo	254.819	5.602	30.411
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	65.761	130.295	13.981
Resultado do período	168.721	13.576	12.186

⁽¹⁾ O Patrimônio Líquido contempla as destinações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

c) Outros investimentos

	31.12.2017	31.12.2016
Investimentos por incentivos fiscais	93.753	121.412
Títulos patrimoniais	-	176
Ações e cotas	180	6
Outros	1.757	1.882
Total	95.690	123.476
(Imparidade acumulada)	(23.896)	(52.547)

13. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2016	Exercício/2017		31.12.2017		Saldo contábil
	Saldo contábil	Movimentação	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	
Instalações	53.793	22.480	(14.048)	136.602	(74.377)	62.225
Móveis e equipamentos de uso	13.977	1.462	(3.859)	42.790	(31.210)	11.580
Sistema de comunicação	2.439	130	(579)	14.211	(12.221)	1.990
Sistema de processamento de dados	27.400	13.450	(10.563)	134.983	(104.696)	30.287
Sistema de segurança	89	94	(36)	2.557	(2.410)	147
Sistema de transporte	189	127	(82)	804	(570)	234
Total	97.887	37.743	(29.167)	331.947	(225.484)	106.463

14. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de arrendamento

	31.12.2017	31.12.2016
Bens Arrendados	390.113	269.416
Veículos e afins	286.289	146.512
Máquinas e equipamentos	39.583	68.259
Móveis	2.899	3.379
Instalações	198	416
Sistemas de processamento de dados	94	1.579
Perdas em arrendamentos a amortizar	61.050	49.271
Superveniências / (Insuficiência) de Depreciações	(24.740)	(7.739)
Depreciação Acumulada	(119.805)	(128.001)
Total	245.568	133.676

b) Ajuste da carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3h, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2017	31.12.2016
Valor presente	246.165	134.818
Credores por antecipação do valor residual	1.112	7.467
Valor presente das operações de arrendamento	245.053	127.351
(-) Valor contábil das operações	270.905	142.557
Arrendamentos a receber – recursos internos	263.849	146.323
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(263.252)	(145.193)
Valores residuais a realizar	3.846	9.416
Valores residuais a balancear	(3.846)	(9.416)
Títulos e créditos a receber	-	12
Bens arrendados	390.113	269.416
Depreciação acumulada de bens arrendados	(119.805)	(128.001)
(=)Superveniência/ (Insuficiência) de Depreciação	(24.740)	(7.739)

c) Depreciação acumulada

	31.12.2017	31.12.2016
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(119.805)	(128.001)
(-) Superveniência / (Insuficiência) de depreciação	(24.740)	(7.739)
(=) Depreciação Acumulada	(144.545)	(135.740)

15. INTANGÍVEL

a) Movimentação e composição

	31.12.2016	Exercício/2017			31.12.2017			
	Saldo contábil	Aquisição / ativação	Baixa	Amortização	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Software adquiridos	11.124	6.189	(117)	(5.534)	29.867	(18.205)	-	11.662
Licenças de uso	41.761	16.484	(84)	(24.961)	109.064	(75.864)	-	33.200
Acordos por direitos de comercialização	85	-	-	(85)	5.000	(5.000)	-	-
Softwares desenvolvidos internamente	53.349	71.042	-	(1.667)	151.624	(11.288)	(17.612)	122.724
Marcas e patentes	-	-	-	-	1.000	-	(1.000)	-
Total	106.319	93.715	(201)	(32.247)	296.555	(110.357)	(18.612)	167.586

b) Estimativa de amortização

	2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023	Total
Valores a amortizar	48.114	40.114	25.573	23.540	23.073	7.172	167.586

16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos à Vista	94.423	87.991
Pessoas físicas	37.469	17.482
Pessoas jurídicas	56.938	70.469
Vinculados	16	40
Depósitos Interfinanceiros	2.048.368	1.997.318
Depósitos a Prazo	6.360.251	2.492.328
Moeda nacional	6.058.661	2.109.501
Moeda estrangeira	301.590	382.827
Total	8.503.042	4.577.637
Passivo circulante	6.579.970	2.782.122
Passivo não circulante	1.923.072	1.795.515

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos à vista	94.423	-	-	-	-	-	94.423	87.991
Depósitos interfinanceiros	-	148.594	517.688	44.651	1.337.435	-	2.048.368	1.997.318
Depósitos a prazo	-	1.036.186	4.783.079	523.074	13.670	4.242	6.360.251	2.492.328
Total	94.423	1.184.780	5.300.767	567.725	1.351.105	4.242	8.503.042	4.577.637

c) Captações no mercado aberto

	31.12.2017	31.12.2016
Carteira Própria	15.211.806	23.692.302
Títulos Privados – Debêntures ⁽¹⁾	9.290.025	15.958.949
Letras Financeiras do Tesouro	1.892.958	1.569.132
Letras do Tesouro Nacional	1.665.685	3.439.828
Notas do Tesouro Nacional	1.216.239	1.444.200
Títulos privados - Outros	1.146.899	1.280.193
Carteira de Terceiros	5.912.225	9.774.594
Letras do Tesouro Nacional	2.051.912	2.485.111
Letras Financeiras do Tesouro	1.506.221	6.496.484
Notas do Tesouro Nacional	2.354.092	792.999
Carteira de Livre Movimentação	4.612.888	2.206.483
Total	25.736.919	35.673.379
Passivo circulante	24.688.751	34.637.971
Passivo não circulante	1.048.168	1.035.408

⁽¹⁾ Inclui operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas ligadas.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Despesas com operações de captação no mercado

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Despesas de Captações com Depósitos	(381.091)	(749.909)	(515.195)
Depósitos a prazo	(292.107)	(541.639)	(248.558)
Depósitos interfinanceiros	(88.984)	(208.270)	(266.637)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(1.130.742)	(2.860.837)	(4.647.793)
Carteira própria	(521.211)	(1.493.031)	(3.351.779)
Carteira de terceiros	(470.429)	(1.092.591)	(1.125.592)
Carteira de livre movimentação	(139.102)	(275.215)	(170.422)
Despesas de Captação de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.116.870)	(2.458.611)	(3.037.615)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(23.348)	(53.127)	(44.465)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(79.459)	(192.298)	(350.223)
Letras financeiras	(992.621)	(2.275.906)	(2.568.021)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(13.332)	76.265	(66.978)
Debêntures	-	-	(56)
Certificado de Operações Estruturadas	(428)	(534)	-
Outras	(7.682)	(13.011)	(7.872)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(134.294)	(393.251)	295.531
Total	(2.762.997)	(6.462.608)	(7.905.072)

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por empréstimos

	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	31.12.2017	31.12.2016
No exterior	621.731	465.890	40.056	1.127.677	1.798.307
Tomados junto a banqueiros no exterior	603.436	451.701	40.056	1.095.193	1.763.293
Exportação	-	7.581	-	7.581	18.893
Importação	18.295	6.608	-	24.903	16.121
Total	621.731	465.890	40.056	1.127.677	1.798.307
Passivo circulante				1.087.621	1.671.462
Passivo não circulante				40.056	126.845

b) Obrigações por repasses

Do país – Instituições oficiais

Programas	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	31.12.2017	31.12.2016
Tesouro Nacional		45.429	82.739
Pré-fixado	de 5,50% a 8,50% a.a.	45.429	82.734
Pós-fixado	Selic	-	5
BNDDES		1.364.330	1.597.268
Pré-fixado	de 0,70 a 9,50% a.a.	264.726	389.657
Pós-fixado	de 7,02% a 10,01% a.a. + IPCA até 4,00% a.a. + TJLP de 1,70% a 2,40% a.a. + Selic	1.063.593	1.160.451
Com variação cambial	de 1,30% a 3,00% a.a. + variação cambial	36.011	47.160
FINAME		1.524.146	1.724.494
Pré-fixado	até 18,96% a.a.	1.331.615	1.636.132
Pós-fixado	de 0,50% a 5,50% a.a. + TJLP de 1,70% a 2,48% a.a. + SELIC	190.442	87.769
Com variação cambial	de 1,70% a 2,00% a.a. + variação cambial	2.089	593
Total		2.933.905	3.404.501
Passivo circulante		975.546	701.857
Passivo não circulante		1.958.359	2.702.644

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2017.

c) Despesas de obrigações por empréstimos e repasses

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Resultado de Obrigações por Empréstimos	(44.950)	(116.731)	441.594
Resultado de Obrigações por Repasses	(99.110)	(203.015)	(192.455)
Tesouro Nacional	(1.198)	(4.192)	(6.708)
BNDES	(57.369)	(119.140)	(105.304)
FINAME	(40.543)	(79.683)	(80.443)
Resultado de Obrigações com Banqueiros no Exterior	39.010	66.718	125.075
Total ⁽¹⁾	(105.050)	(253.028)	374.214

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano Captação	Ano Vencimento	31.12.2017	31.12.2016
Letras de Crédito Imobiliário						660.338	369.810
Pré-fixado	R\$	1.900	de 8,38% a 15,04% a.a.	2015	2021	2.128	13.543
Pós-fixado	R\$	595.052	de 89,00% a 97,00% do DI	2015	2021	655.412	348.019
Pós-fixado	R\$	2.524	de 4,42% a 6,07% a.a. + IPCA	2015	2021	2.798	8.248
Letras de Crédito do Agronegócio						2.190.501	2.564.336
Pré-fixado	R\$	22.765	de 8,05% a 15,44% a.a.	2015	2021	29.239	64.137
Pós-fixado	R\$	1.836.918	de 87,50% a 98,50% a.a. do DI	2009	2022	2.130.673	2.460.129
Pós-fixado	R\$	23.847	de 5,14% a 6,39% a.a. + IPCA	2015	2021	30.589	40.070
Letras Financeiras						20.617.260	17.552.169
Pré-fixado	R\$	293.845	de 7,84% a 17,63% a.a.	2012	2024	341.541	356.219
Pós-fixado	R\$	17.655.489	de 100,00% a 110,00% do DI	2013	2022	19.781.328	16.582.501
Pós-fixado	R\$	344.362	de 3,71% a 8,31% a.a. + IPCA	2012	2022	493.259	612.388
Pós-fixado	R\$	967	de 5,70% a 7,43% a.a. + IGPM	2016	2019	1.132	1.061
Obrigações por TVM no Exterior						607.307	1.316.099
Pré-fixado	R\$	26.264	de 7,50% a 19,09% a.a.	2012	2020	35.236	56.234
Pós-fixado	R\$	3.543	de 92,10% a 101,40% do DI	2012	2017	-	4.331
Com variação cambial	USD	183.042	até 6,60% a.a. + variação cambial	2012	2020	572.071	1.186.193
Com variação cambial	EUR	20.200	até 0,48% a.a. + variação cambial	2016	2017	-	69.341
Certificados de Operações Estruturadas						9.512	-
Pré-fixado	R\$	9.695	de 8,98% a 10,64% a.a.	2017	2018	9.512	-
Total						24.084.918	21.802.414
Passivo circulante						12.607.246	10.244.503
Passivo não circulante						11.477.672	11.557.911

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2017.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	12.248	159.782
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	169.619	152.176
Impostos e contribuições a recolher	77.657	79.375
Passivo fiscal diferido (Nota 23d)	208.816	160.320
Total	468.340	551.653
Passivo circulante	460.169	391.871
Passivo não circulante	8.171	159.782

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Dívidas subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano Vencimento	31.12.2017	31.12.2016
Nota Subordinada					2.866.616	2.876.929
Com variação cambial	USD 803.048	7,38% a.a. + variação cambial	2013	2020	2.866.616	2.876.929
Letras Financeiras Subordinadas					51.867	1.999.705
Pré-fixado	300	14,21% a.a.	2016	2023	-	324
Pós-fixado	2.400	de 112,80% a 119,00% do DI	2016	2023	2.751	1.353.799
Pós-fixado	187.200	de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM	2011	2017	-	383.694
Pós-fixado	28.933	até 7,86% a.a. + IPCA	2011	2020	49.116	261.888
Total					2.918.483	4.876.634
Passivo circulante					-	1.851.720
Passivo não circulante					2.918.483	3.024.914

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2017.

c) Instrumentos de dívidas elegíveis à capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano Vencimento	Banco e Consolidado	
					31.12.2017	31.12.2016
Letras Financeiras Subordinadas					1.908.710	1.168.944
Pós-fixado	1.003.826	de 1,24% a 2,16% a.a. + CDI de 100,00% a 120,00% do DI	2014	2024	1.256.359	647.365
Pós-fixado	324.732	de 5,72% a 9,31% a.a. + IPCA	2013	2030	481.988	401.212
Pré-fixado	103.200	de 11,03% a 17,98% a.a.	2015	2024	136.107	89.734
Pós-fixado	27.500	de 117,20 a 117,50% da SELIC	2016	2023	34.256	30.633
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação			
Bônus Perpétuos ⁽²⁾					990.597	-
Pré-fixado	USD 300.000	8,25% a.a.	2017		990.597	-
Total					2.899.307	1.168.944
Passivo não circulante					2.899.307	1.168.944

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2017.

⁽²⁾ Em 30 de novembro de 2017, foi realizada a emissão no exterior de USD 300.000 com pagamentos de juros semestrais. Os *bonds* têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de Dez/2022 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

d) Diversas

	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações de operações vinculadas a cessões (nota 8) ⁽¹⁾	9.445.296	13.755.869
Obrigações por aquisição de bens e direitos	677	1.790
Provisão para pagamentos a efetuar	564.966	565.409
Provisões para demandas cíveis (Nota 26e1)	311.724	302.241
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 26e1)	1.011.355	887.345
Provisão para demandas Fiscais (Nota 26e1) ⁽²⁾	64.420	67.825
Valores a pagar a sociedades ligadas	132	-
Credores diversos – no exterior	703	1.321
Provisão para perdas – Fianças não honradas	-	71.059
Provisão para perdas – Outros riscos	14.497	13.253
Credores diversos – no País	184.109	145.177
Operações com cartão de crédito	1.225.067	989.175
Provisão para reestruturações	56.937	113.412
Provisão para garantias financeiras prestadas	309.092	-
Outras	22	23
Total	13.188.997	16.913.899
Passivo circulante	8.340.898	9.737.979
Passivo não circulante	4.848.099	7.175.920

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

⁽²⁾ Inclui obrigações legais.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Administração de recursos de terceiros	67.704	125.563	115.802
Cobrança	3.265	3.815	2.010
Comissões sobre colocação de títulos	25.498	59.700	78.556
Corretagens de operações em Bolsa	5.342	14.208	18.660
Rendas de serviços de custódia	3.694	6.600	4.662
Rendas de garantias prestadas	51.604	111.198	127.185
Transações de cartão de crédito	51.426	97.515	80.259
Comissão de corretagem de seguros	12.945	24.122	18.250
Assessoria financeira	8.041	30.332	26.492
Outros Serviços	9.968	14.723	25.759
Total	239.487	487.776	497.635

b) Rendas de tarifas bancárias

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Confecção de cadastro	238.960	424.987	318.607
Transferência de recursos	174	337	416
Avaliação de bens	159.577	286.958	213.231
Rendas de cartão de crédito	62.356	115.014	91.860
Outras	927	1.915	1.952
Total	461.994	829.211	626.066

c) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Honorários e Pró labore (Nota 24)	(8.234)	(15.549)	(18.470)
Benefícios	(62.936)	(123.533)	(124.898)
Encargos sociais	(78.939)	(195.734)	(179.973)
Proventos	(281.657)	(524.559)	(556.615)
Demandas trabalhistas	(136.904)	(231.420)	(346.694)
Treinamentos	(2.368)	(4.099)	(3.072)
Total	(571.038)	(1.094.894)	(1.229.722)

d) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Água, energia e gás	(2.454)	(5.020)	(6.997)
Aluguéis	(27.444)	(56.861)	(67.958)
Comunicações	(34.545)	(68.569)	(78.346)
Manutenção e conservação de bens	(9.370)	(16.855)	(15.296)
Material	(1.954)	(3.424)	(3.155)
Processamento de dados	(103.714)	(204.433)	(198.965)
Promoções e relações públicas	(7.338)	(10.377)	(9.980)
Propaganda e publicidade	(12.243)	(20.670)	(6.735)
Publicações	(75)	(729)	(1.139)
Seguros	(2.132)	(3.692)	(3.496)
Serviços do sistema financeiro	(48.454)	(96.772)	(95.903)
Serviços de terceiros	(8.863)	(13.358)	(9.629)
Serviços de vigilância e segurança	(1.436)	(3.112)	(2.433)
Serviços técnicos especializados	(206.430)	(379.151)	(376.581)
Transportes	(7.948)	(15.146)	(12.901)
Viagens	(4.825)	(8.574)	(9.742)
Emolumentos judiciais e cartorários	(48.549)	(93.887)	(110.942)
Amortização	(20.762)	(32.247)	(23.645)
Depreciação	(15.708)	(29.167)	(40.404)
Outras	(48.642)	(82.527)	(76.232)
Total	(612.886)	(1.144.571)	(1.150.479)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Recuperação de encargos e despesas	1.351	2.120	2.245
Atualização de depósitos em garantia	12.474	31.486	58.542
Variação monetária ativa	1.572	5.767	12.635
Reversão de provisão para perdas – Outros riscos	10.314	30.625	223.763
Reversão de provisões – demandas fiscais	10.166	2.776	-
Multas contratuais compensatórias	18.464	36.893	36.189
Ressarcimento de custos operacionais	6.792	13.908	21.018
Outras	17.715	31.762	94.255
Total ⁽¹⁾	78.848	155.337	448.647

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

f) Outras despesas operacionais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Custos associados a produção - Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(316.325)	(617.025)	(507.199)
Custos associados à produção – Outras despesas	(8.832)	(18.819)	(25.234)
Demandas fiscais	-	-	(6.328)
Demandas cíveis	(94.720)	(223.172)	(209.533)
Provisões passivas - Garantias financeiras prestadas	(26.921)	(42.636)	-
Provisão para perdas - Fianças não honradas	-	-	(7.591)
Despesas de encargos (adesão REFIS e PERT)	(1.921)	(3.233)	(35.512)
Outras	(62.717)	(109.976)	(150.248)
Total ⁽²⁾	(511.436)	(1.014.861)	(941.645)

⁽¹⁾ Receitas Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Receitas não operacionais	22.967	18.647	31.938
Lucro na alienação de valores e bens	12.587	-	-
Rendas de alugueis	-	433	3.053
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.889	5.889	-
Reversão de provisão para perdas com incentivos fiscais	-	1.390	-
Outras receitas não operacionais	7.491	10.935	28.885
Despesas não operacionais	(2.815)	(15.427)	(30.996)
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	(5.911)	(20.258)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	-	-	(3.437)
Perdas de Capital	(2.146)	(5.581)	-
Desvalorização de outros valores e bens	-	-	(2.804)
Outras despesas não operacionais	(669)	(3.935)	(4.497)
Total ⁽¹⁾	20.152	3.220	942

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.130.372 (R\$ 7.826.980 em 31 de dezembro de 2016) está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 343.226, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 12 de maio de 2016.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 303.392, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2017.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício do Conglomerado Financeiro Votorantim, deduzido da Reserva legal.

A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 110.598 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 101.131 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

	Exercício/2017	Exercício/2016
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
Lucro líquido do período ⁽¹⁾	582.229	425.814
Efeito dos ajustes da aplicação inicial da Resolução CMN nº 4.512/2016	(116.551)	-
Reserva legal	(23.285)	(21.291)
Base de cálculo	442.393	404.523
Dividendo mínimo obrigatório	110.598	101.131
Valor proposto	110.598	101.131
% sobre a base de cálculo	25%	25%

	Exercício/2017		Exercício/2016	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$
Lucro líquido do período ⁽¹⁾	582.229	5,52	425.814	4,04
Dividendos a pagar	110.598	1,05	101.131	0,96

⁽¹⁾ Lucro líquido do Conglomerado Financeiro Votorantim

e) Ajustes de avaliação patrimonial

	2º Semestre/2017			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda	(200.890)	307.920	(138.771)	(31.741)
Banco Votorantim ⁽¹⁾	(220.971)	295.719	(133.280)	(58.532)
Controladas	20.081	12.201	(5.491)	26.791
Hedge de Fluxo de Caixa	(19.939)	(16.074)	7.233	(28.780)
Banco Votorantim	(19.939)	(16.074)	7.233	(28.780)
Total	(220.829)	291.846	(131.538)	(60.521)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2017				Exercício/2016			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário (2)	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda	(132.487)	183.550	(82.804)	(31.741)	(631.644)	715.479	(216.322)	(132.487)
Banco Votorantim (1)	(142.042)	152.211	(68.701)	(58.532)	(561.705)	570.945	(151.282)	(142.042)
Controladas	9.555	31.339	(14.103)	26.791	(69.939)	144.534	(65.040)	9.555
Hedge de Fluxo de Caixa	(14.614)	(25.756)	11.590	(28.780)	-	(26.571)	11.957	(14.614)
Banco Votorantim	(14.614)	(25.756)	11.590	(28.780)	-	(26.571)	11.957	(14.614)
Total	(147.101)	157.794	(71.214)	(60.521)	(631.644)	688.908	(204.365)	(147.101)

(1) Inclui agência no exterior.

(2) A partir do quarto trimestre de 2016, os efeitos fiscais de títulos disponíveis para venda da agência no exterior passaram a ser reconhecidos.

f) Lucros acumulados

Em 28 de Julho de 2016 foi emitida a Resolução CMN Nº 4.512 que dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas. A norma requer a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dessa Resolução foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários em 01 de Janeiro de 2017 no montante de R\$ 116.551. Esses ajustes foram computados na base de cálculo de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 1273/1987.

Para refletir os eventos societários ocorridos no Banco Votorantim S.A., foram apresentados nesta Demonstração Contábil, os efeitos da reversão dos ajustes a mercado da controlada BVEP no FIP BVIA, no montante de R\$ 178.767.

23. TRIBUTOS

a) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Valores correntes	(150.639)	(171.877)	(138.298)
IR e CSLL no País – Corrente	(147.600)	(169.619)	(152.061)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	(3.039)	(2.258)	13.763
Valores Diferidos	(110.587)	(206.101)	292
Passivo fiscal diferido	47.975	(27.895)	98.356
Marcação a mercado	47.975	(27.895)	83.176
Superveniência de depreciação	-	-	15.180
Ativo fiscal diferido	(158.562)	(178.206)	(98.064)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(91.445)	(109.966)	(1.849)
Diferenças temporárias	(45.773)	(133.934)	72.854
Marcação a mercado	(21.344)	65.694	(169.069)
Total	(261.226)	(377.978)	(138.006)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Resultado antes dos tributos e participações	620.859	1.065.051	516.796
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% até dezembro/2018 e 15% a partir de janeiro/2019)	(279.387)	(479.272)	(232.559)
Resultado de participação em controladas	64.434	109.771	(38.471)
Participação de empregados no lucro	30.376	73.817	59.283
Outros Valores	(76.649)	(82.294)	73.741
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(261.226)	(377.978)	(138.006)

c) Despesas tributárias

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Cofins	(139.796)	(265.554)	(268.302)
ISSQN	(29.199)	(54.731)	(49.636)
PIS	(22.793)	(43.215)	(43.651)
Outras	(25.895)	(31.843)	(24.384)
Total	(217.683)	(395.343)	(385.973)

d) Passivo fiscal diferido

	31.12.2017	31.12.2016
Marcação a mercado	208.816	160.320
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	208.816	160.320
Imposto de Renda	116.009	89.066
Contribuição Social	92.807	71.254

e) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário - Ativado)

	31.12.2016	Exercício/2017		31.12.2017 ⁽¹⁾
	Saldo	Movimentação no Período		Saldo
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	6.467.481	1.557.661	(1.597.496)	6.427.646
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa ⁽²⁾	4.348.827	1.107.672	(1.140.566)	4.315.932
Provisões Passivas	1.465.737	181.441	(202.850)	1.444.328
Marcação a mercado ⁽³⁾	624.599	268.548	(252.151)	640.997
Outras provisões	28.318	-	(1.929)	26.389
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.063.189	2.871	(112.837)	953.223
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.530.670	1.560.532	(1.710.333)	7.380.869
Imposto de Renda	4.661.591	922.960	(949.468)	4.635.083
Contribuição Social	2.869.079	637.572	(760.865)	2.745.786

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a parcela de R\$ 39.100 (do total de R\$ 640.997), corresponde ao crédito tributário decorrente de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido.

⁽²⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi constituído um crédito tributário, referente a provisão para perdas com fianças, no valor de R\$ 77.702, registrado em conta de Patrimônio Líquido (conforme Resolução CMN Nº 4.512, de 28 de Julho de 2016).

⁽³⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrados em conta de Patrimônio Líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, são de R\$ (49.297) do total de R\$ 16.398 no Consolidado.

f) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário – Não ativado)

	31.12.2017	31.12.2016
Crédito Tributário no exterior	-	10.278
Total dos Créditos Tributários não Ativados	-	10.278
Imposto de Renda	-	5.710
Contribuição Social	-	4.568

Em 31 de dezembro de 2017 não houve saldo de crédito tributário não constituído. O saldo no Consolidado não constituído de crédito tributário em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 10.278.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 2º semestre de 2017.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2018	2.457.299	2.360.818
Em 2019	1.226.588	1.123.804
Em 2020	993.159	863.202
Em 2021	638.227	524.437
Em 2022	661.122	512.644
A partir de 2023	1.404.474	794.156
Total de Créditos Tributários	7.380.869	6.179.061

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2018	2%	36%
Em 2019	10%	18%
Em 2020	14%	14%
Em 2021	16%	8%
Em 2022	8%	9%
A partir de 2023	50%	15%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

24. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Honorários e Pró labore	8.234	15.549	18.470
Gratificações	-	40.466	32.745
Encargos sociais	2.268	16.639	15.104
Total	10.502	72.654	66.319

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pela legislação vigente.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco Votorantim efetuou a venda de títulos e valores mobiliários (cotas de fundo de investimento em participações) classificados na categoria disponível para venda, para a controlada BV Financeira. Essa operação não gerou impactos no resultado, passíveis de eliminação no processo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 3.511.983 (R\$ 7.593.212 em 31 de dezembro de 2016). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2017						
	Conglomerado Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	1.032	-	-	-	-	-	1.032
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	1.506.540	-	24.682.565	-	-	572.376	26.761.481
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	950	477	8.977.943	-	-	1.562.587	10.541.957
Outros ativos	248.844	7.926	1.021.190	-	324	313	1.278.597
Passivos							
Depósitos à vista	(283)	(3.957)	(2.389)	(560)	(13)	(210)	(7.412)
Depósitos a prazo	(100.321)	(395.063)	(3.441)	(582.618)	(453)	-	(1.081.896)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(482.276)	-	-	-	(482.276)
Captações no mercado aberto	(275.290)	(319.408)	(8.367.044)	-	(6.459)	-	(8.968.201)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(420.744)	-	-	(12.573)	-	(433.317)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.940)	(798)	-	-	-	(177.563)	(184.301)
Outros passivos	(9.594.953)	-	(29.700)	-	-	-	(9.624.653)
2º Semestre/2017							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	496.159	-	1.061.339	-	-	42.511	1.600.009
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	202	3.535	-	-	-	3.404	7.141
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(29.263)	(51.499)	(352.648)	(19.497)	(511)	-	(453.418)
Exercício/2017							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	1.011.368	-	3.136.754	-	-	140.787	4.288.909
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(4.612)	(2.923)	-	-	-	16.040	8.505
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(36.992)	(196.599)	(1.056.992)	(36.509)	(1.234)	-	(1.328.326)

	31.12.2016						
	Conglomerado Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	79.879	-	-	-	-	-	79.879
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	5.054.804	-	19.613.440	-	-	-	24.668.244
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	384	17.935.260	-	-	1.223.195	19.158.839
Outros ativos	260.746	7.848	17.386	-	383	290	286.653
Passivos							
Depósitos à vista	(188)	(225)	(1.697)	(1.046)	(50)	-	(3.206)
Depósitos a prazo	(690)	(19.172)	(3.164)	(297.926)	(587)	-	(321.539)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(5.120.973)	-	-	-	(5.120.973)
Captações no mercado aberto	(569.695)	(974.487)	(10.809.573)	-	(1.667)	-	(12.355.422)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(56.883)	(347.781)	-	-	(10.050)	-	(414.714)
Obrigações por empréstimos e repasses	(375.061)	-	-	-	-	-	(375.061)
Instrumentos financeiros derivativos	(23.947)	(9.430)	-	-	-	-	(33.377)
Outros passivos	(13.946.963)	(50.565)	(1.447)	-	-	-	(13.998.975)
Exercício/2016							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	1.303.786	-	5.428.691	-	2	149.267	6.881.746
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(419)	(6.463)	(263.648)	-	-	-	(270.530)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(97.187)	(202.724)	(1.754.445)	(42.817)	(1.902)	-	(2.099.075)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 2 identificadas no item (1). Não inclui operações entre as controladas financeiras.

- (2) Inclui a Promotiva S.A, BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e Votorantim Corretora de Seguros S.A.
- (3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave, bem como todas as empresas em que o pessoal chave possui participação.
- (4) Em 2017 inclui BVIA FIP e Votorantim Expertise Multimercado; e em 2016 inclui BVIA FIP.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

Os Programas de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado implementou o Programa de Remuneração Variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017.

O Conglomerado possui um plano de incentivo de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo:

Plano ILP: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados do Conglomerado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal – Proventos R\$ 156.391 (R\$ 166.206 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, cuja liquidação ocorre em espécie.

No consolidado, ocorreram os seguintes pagamentos referentes aos Programas de Remuneração de Longo Prazo:

Ano do Programa	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
2012	-	40.382	41.147
2013	305	66.284	64.925
2014	73	76.612	11.440
2015	185	9.686	89
2016	185	235	-
Total	748	193.199	117.601

Em 31 de dezembro de 2017, o Conglomerado registrou na rubrica Outras obrigações – Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 335.403 (R\$ 345.380 em 31 de dezembro de 2016).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Quantidade inicial	52.770.055	78.561.466	65.642.106
Novos / Atualizações	17.863.688	37.026.827	42.312.245
Pagos	-	(43.741.331)	(27.583.094)
Canceladas	(245.660)	(1.458.879)	(1.809.791)
Quantidade final	70.388.083	70.388.083	78.561.466

26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadrem no disposto da Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

e) Provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis – Prováveis

O Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Conglomerado considera ser suficiente à provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Demandas fiscais			
Saldo inicial	56.706	52.812	45.724
Constituições	6.590	11.313	10.152
Reversão da provisão	(1.667)	(3.266)	(6.792)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(19.463)	(19.551)	(2.147)
Atualização monetária	798	1.656	5.875
Saldo final	42.964	42.964	52.812
Demandas cíveis			
Saldo inicial	319.249	302.241	300.598
Constituições	60.108	113.460	134.647
Reversão da provisão	(43.537)	(82.379)	(88.680)
Baixa por pagamento	(41.199)	(73.932)	(107.814)
Atualização monetária	17.103	52.334	63.490
Saldo final	311.724	311.724	302.241
Demandas trabalhistas			
Saldo inicial	931.888	887.345	909.712
Constituições	219.237	356.330	493.374
Reversão da provisão	(90.470)	(164.984)	(399.346)
Baixa por pagamento	(90.667)	(158.967)	(209.928)
Atualização monetária	41.368	91.632	93.533
Saldo final ⁽²⁾	1.011.356	1.011.356	887.345
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.366.044	1.366.044	1.242.398

⁽¹⁾ Inclui desembolsos decorrentes da adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos do Governo do Estado de São Paulo (PPD), efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

⁽²⁾ Em Outubro de 2017 foram aprimorados os critérios de mensuração de riscos, de forma que o modelo de avaliação massificado foi incorporado ao modelo que inclui inputs de riscos com maior granularidade, bem como os efeitos da realização de acordos judiciais. Essa alteração incorreu em um incremento na provisão no montante de R\$ 5.839.

e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2017

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	1.011.356	33.357	311.724
De 5 a 10 anos	-	9.607	-
Total	1.011.356	42.964	311.724

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

f) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	1.048.142	1.202.059
Demandas Cíveis ⁽²⁾	103.302	43.070
Demandas Trabalhistas ⁽³⁾	614.406	820.655
Total	1.765.850	2.065.784

⁽¹⁾ No Consolidado, referem-se basicamente:

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Descrição das principais causas possíveis - Fiscais	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
INSS s/ PLR	144.713	138.907
IRPJ - FINOR	62.478	59.394
ISS	11.981	11.096
INSS sobre PLR - Nassau Branch	43.663	41.700
PIS/COFINS sobre desmutualização	40.608	38.895
IRPJ compensação indevida - Gratificações a diretores estatutários	21.667	28.418
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	108.648	104.520
Multa não homologação PER/DCOMP	84.193	142.804
CSLL - Exclusão indevida de títulos governos estrangeiros	146.416	138.200
IRPJ/CSLL - Exclusão indevida: ágio na aquisição títulos governos estrangeiros	22.869	21.935
IRRF oriundo de remessas para o exterior: impossibilidade compensação	34.629	32.550
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	65.794	62.883
IRPJ/CSLL sobre JCP: distribuição cumulativa exercícios anteriores	133.563	-
Outras causas	126.920	380.757
Total	1.048.142	1.202.059

(2) Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

(3) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Em Outubro de 2017 foram aprimorados os critérios de mensuração de riscos, de forma que o modelo de avaliação massificado foi incorporado ao modelo que inclui inputs de riscos com maior granularidade, bem como os efeitos da realização de acordos judiciais. Os montantes de passivos contingentes classificados como possíveis divulgado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 289.441 foram reapresentados, com objetivo de demonstrar para ambos os períodos a apuração do risco de perda possível à luz dessa nova modelagem de cálculo de provisão implementado, para fins de comparabilidade.

g) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas Fiscais	110.935	307.246
Demandas Cíveis	199.888	242.009
Demandas Trabalhistas	322.305	275.521
Total	633.128	824.776

h) Obrigações legais

O Consolidado mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 21.456 (R\$ 15.013 em 31 de dezembro de 2016), sendo que a principal discussão recai em uma Ação Declaratória na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos, cujo montante provisionado é de R\$ 15.310 (R\$ 11.275 em 31 de dezembro de 2016).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, Dedução do ISS na Base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção.

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhado às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de o Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

f) Gerenciamento de capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº3.846, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Em março de 2017 o Bacen publicou a Resolução nº 4.557, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, revogando as Resoluções CMN nº 3.988, nº 3.380, nº 3.464, nº 3.721, nº 4.090 após prazo de implementação das novas recomendações previsto na norma. O Banco Votorantim está classificado no Segmento 2 (S2), conforme Resolução nº 4.553 do CMN, neste caso, a Resolução nº 4.557 deve ser implementada até fevereiro de 2018.

Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	31.12.2017	31.12.2016
PR – Patrimônio de Referência	9.233.158	9.218.435
Nível I	6.758.636	6.836.538
Capital Principal	6.758.636	6.836.538
Patrimônio Líquido	8.618.574	8.247.123
Ajustes Prudenciais	(1.859.938)	(1.410.585)
Outros	(1.859.258)	(1.408.486)
Ajustes ao valor de mercado	(680)	(2.099)
Nível II	2.474.522	2.381.897
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.474.522	2.381.897
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	1.521.133	956.147
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 ⁽¹⁾	953.389	1.425.750
Recursos captados no exterior	940.433	1.404.551
Recursos captados com Letras Financeiras	12.956	21.199
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	59.409.716	61.230.489
Risco de Crédito (RWACPAD)	52.083.037	55.945.627
Risco de Mercado (RWAMPAD)	1.937.099	669.866
Risco Operacional (RWAOPAD)	5.389.580	4.614.996
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido⁽²⁾	5.495.399	6.046.511
Capital Principal Mínimo Requerido⁽³⁾	2.673.437	2.755.372
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido⁽⁴⁾	3.564.583	3.673.829
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	162.651	299.168
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.737.760	3.171.924
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	4.085.199	4.081.165
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	3.194.053	3.162.708
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBAN	2.089.866	2.872.756
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	11,37%	11,17%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,37%	11,17%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,53%	15,06%

⁽¹⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.192/2013 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽²⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a:

- a. 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.
- b. 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
- c. 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

⁽³⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁴⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

O Banco realizou em 30 de novembro de 2017 a emissão de bônus perpétuos no exterior no montante de USD 300.000, os quais, após a aprovação do Banco Central do Brasil, integrarão o Nível I do Patrimônio de Referência como Capital complementar, fortalecendo ainda mais a estrutura de Capital do Conglomerado. Caso os bônus perpétuos já integrassem o Capital complementar em 31 de dezembro de 2017, os índices seriam os seguintes:

	31.12.2017
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	11,37%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,04%
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,20%

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital principal:

	31.12.2017	31.12.2016
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	(133.765)	(62.272)
Ajuste Prudencial VII Créditos Tributários de Diferença Temporária	(881.658)	(647.358)
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa	(843.835)	(698.857)
Ajuste Prudencial XV – Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(680)	(2.099)
Total	(1.859.938)	(1.410.586)

g) Índice de imobilização

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial totalizou 37,30% (33,10% em 31 de dezembro de 2016), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

	31.12.2017	31.12.2016
Limite para imobilização	4.616.579	4.609.217
Valor da situação para o limite de imobilização	1.720.395	1.523.243
Valor da margem ou insuficiência	2.896.184	3.085.974

Em atendimento a Circular n.º 3.678/2013 e n.º 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (financial covenants). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2017 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de filiais e controladas no exterior

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo		
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	4.833.144	6.110.935
Outras controladas	25.789	63.485
Total do Ativo	4.858.933	6.174.420
Passivo	(3.242.980)	(4.681.293)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(3.217.191)	(4.673.914)
Outras controladas	(25.789)	(7.379)
Patrimônio Líquido	(1.615.953)	(1.493.127)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(1.615.953)	(1.437.020)
Outras controladas	-	(56.107)
Total do Passivo	(4.858.933)	(6.174.420)

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Lucro/(Prejuízo)	77.334	97.294	50.943
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	83.782	112.885	42.218
Outras controladas	(6.448)	(15.591)	8.725

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2017

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro Garantia – Fiança para processos judiciais	438.276	4.113
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	258.866	74

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio Líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e JCP	Capital Social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2016	4.876.634	1.168.944	101.131	7.826.980	746.011	14.719.700
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	-	303.392	51.688	355.080
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(101.131)	-	-	(101.131)
Obrigações por dívidas subordinadas						
Recursos provenientes de novas captações	600	-	-	-	-	600
Liquidação	(232.188)	-	-	-	-	(232.188)
Transferência	(1.952.379)	-	-	-	-	(1.952.379)
Despesas com juros	201.391	-	-	-	-	201.391
Variação cambial	39.616	-	-	-	-	39.616
Outros	(15.191)	-	-	-	-	(15.191)
Instrumentos de dívidas elegíveis à capital						
Recursos provenientes de novas captações	-	1.560.831	-	-	-	1.560.831
Liquidação	-	(2.091.248)	-	-	-	(2.091.248)
Transferência	-	1.952.379	-	-	-	1.952.379
Despesas com juros	-	301.515	-	-	-	301.515
Variação cambial	-	13.920	-	-	-	13.920
Outros	-	(7.034)	-	-	-	(7.034)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(1.958.151)	1.730.363	(101.131)	303.392	51.688	26.161
Saldo em 31.12.2017	2.918.483	2.899.307	-	8.130.372	797.699	14.745.861

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Incorporação da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Por Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Reunião de Sócios da Votorantim - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., realizados em 31 de janeiro de 2018, o Banco Votorantim S.A., controlador de ambas, aprovou a incorporação da Votorantim CTVM pela Votorantim Asset, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre elas. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017, data base da operação, no montante de R\$ 266.791; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se pela descontinuação das atividades da Votorantim CTVM e a identidade de objeto entre as sociedades envolvidas e representa o aprimoramento da estrutura societária do Conglomerado, acarreta a racionalização de suas operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência, a Votorantim CTVM teve sua personalidade jurídica extinta e a Votorantim Asset passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação implicará em

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

um aumento do Capital Social da Votorantim Asset no montante de R\$ 190.763, mediante a emissão de 19.076.313.565 novas quotas de valor nominal unitário de R\$ 0,01, a serem atribuídas aos sócios da Votorantim CTVM, em substituição às suas participações nesta detidas. Além da alteração na cláusula de Capital Social, o contrato social da Votorantim Asset não sofrerá qualquer outra alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 da Votorantim CTVM incorporados pela Votorantim Asset:

Ativos: 386.995
Passivos: 120.204
Patrimônio Líquido: 266.791

* * *